

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil n. 06.2022.00002499-6

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **ANTÔNIO DONADELLO**, brasileiro, agricultor, inscrito no CPF nº 075.382.869-34, portador do RG nº 619.562, residente e domiciliado na linha Palmital dos Fundos, imediações do Acesso Florenal Ribeiro, em Chapecó, telefone nº (49) 98828-7589; doravante denominado *compromissário*,

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

CONSIDERANDO que o Plano Diretor de Chapecó considera como área de preservação permanente as faixas marginais com largura mínima de 30m, para os cursos d'água natural de 10m de largura (inciso I do §1º do art. 60);

CONSIDERANDO que a função social da propriedade só é considerada atendida quando utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente (art. 186, II, CF) e até mesmo a ordem econômica deve obedecer aos princípios da "defesa do meio ambiente" (art. 170, VI, CF);

CONSIDERANDO que no Inquérito Civil Público n. 06.2022.00002499-6, que tramita na 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, identificou-se que o compromissário degradou área de preservação permanente permitindo o acesso de gado no local, e que além disso danificou um exemplar de araucária mediante movimentação do solo no entorno do espécime;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

DO OBJETIVO

Cláusula 1ª: O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a recuperação da área degradada e a revitalização do exemplar de araucária danificado. A área a ser recuperada está inserida no imóvel de matrícula nº 28.531, localizado na Linha Palmital dos Fundos, imediações do Acesso Florenal Ribeiro, em Chapecó.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª: O compromissário se compromete a comprovar ao Ministério Público a integral recuperação da área de preservação permanente danificada indicada na Cláusula 1º, mediante a execução de plano de recuperação previamente aprovado pela Diretoria de Meio Ambiente de Chapecó, comprovando ao Ministério Público por relatório técnico no prazo de 180 dias e, depois, com relatórios semestrais até a integral recuperação.

Parágrafo primeiro. O projeto deverá contemplar o isolamento (com cercas, caso necessário) da área de preservação e a revitalização do exemplar de araucária danificado ou a compensação pela sua desvitalização.

Parágrafo segundo. Caso sejam mantidos animais na área ou haja possibilidade de invasão por animais, o isolamento deve se dar mediante cercamento.

Cláusula 3ª: O compromissário pagará compensação pelos danos ambientais no valor de R\$ 1.500,00, em favor do Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, no prazo de 60 dias;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 4ª: Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 500,00 ou de R\$ 5.000,00 por ocorrência, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

Parágrafo primeiro: As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

Parágrafo segundo: O pagamento de eventual multa não exime o compromissário de dar cumprimento às obrigações contraídas.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 5ª - o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o

compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

Cláusula 6ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 14 de julho de 2022

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Antônio Donadello
Compromissário

Sandromar Donadello
Filho de Antônio